

2019

**ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS DA TROFA**

RELATÓRIO E CONTAS





ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA

SEDE

Rua D. Pedro V
4785-306 TROFA

TELEFONES

252 400 700
919 523 770
965 625 092

FAX

252 400 709 - Direcção
252 400 707 - Comando

E-MAIL

geral@bombeirostrofa.pt
direccao@bombeirostrofa.pt
comando@bombeirostrofa.pt

*

Filada na
Liga dos Bombeiros Portugueses

*

Diploma de Honra e Distinção do
Serviço Nacional de Bombeiros
01/11/1995

*

Medalha de Ouro da Câmara Municipal
da Trofa
30/09/2001

*

Medalha de Serviços Distintos Grau
Ouro da Liga dos Bombeiros
Portugueses
30/09/2001

*

Geminada com a Associação dos
Bombeiros Voluntários de Portimão



SERVIÇOS SOCIAIS

Creche e Jardim de Infância
Rua Defensores da Barca, 60
4785-302 TROFA

TELEFONE

252 417 513

FAX

252 419 698

E-MAIL

infantario@bombeirostrofa.pt

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA (DECRETO-LEI N.º 460/77 DE 7 DE NOVEMBRO) | CONTRIBUINTE N.º 501 424 229
REGISTADA NA CONSERVATÓRIA R. C. DE SANTO TIRSO SOB O N.º 3/950310

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

António Manuel Silva e Sousa, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, vem ao abrigo do disposto nos artigos 44º e 47º - nº2 alínea c) dos Estatutos da Associação, convocar os senhores associados para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 18 de Março de 2020, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre da Associação, sita na Rua D. Pedro V, cidade da Trofa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;

Ponto dois: Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2019;

Ponto três: Outros assuntos de interesse para a Associação.

Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número suficiente de Associados, a mesma funcionará, meia hora depois, conforme o disposto no artigo 49º.

Trofa, 17 de Fevereiro de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral


(António Manuel Silva e Sousa, Eng.)



ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA

SEDE

Rua D. Pedro V
4785-306 TROFA

TELEFONES

252 400 700
919 523 770
965 625 092

FAX

252 400 709 - Direcção
252 400 707 - Comando

E-MAIL

geral@bombeirostrofa.pt
direccao@bombeirostrofa.pt
comando@bombeirostrofa.pt

*

Filiada na
Liga dos Bombeiros Portugueses

*

Diploma de Honra e Distinção do
Serviço Nacional de Bombeiros
01/11/1995

*

Medalha de Ouro da Câmara Municipal
da Trofa
30/09/2001

*

Medalha de Serviços Distintos Grau
Ouro da Liga dos Bombeiros
Portugueses
30/09/2001

*

Geminada com a Associação dos
Bombeiros Voluntários de Portimão



SERVIÇOS SOCIAIS

Creche e Jardim de Infância
Rua Defensores da Barca, 60
4785-302 TROFA

TELEFONE

252 417 513

FAX

252 419 698

E-MAIL

infantario@bombeirostrofa.pt

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA (DECRETO-LEI N.º 460/77 DE 7 DE NOVEMBRO) | CONTRIBUINTE N.º 501 424 229

REGISTADA NA CONSERVATÓRIA R. C. DE SANTO TIRSO SOB O N.º 3/950310

Exma. Mesa da Assembleia Geral

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d), ponto 56º dos Estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, a Direcção vem apresentar à Mesa da Assembleia Geral o Relatório e Conta de Gerência da Associação, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao ano de 2019, para análise, discussão, apreciação e votação da Assembleia Geral a realizar no próximo dia 18 de Março de 2020, no Salão Nobre desta Instituição.

O Presidente da Direcção

Luís Manuel Campos Elias, Dr.

Relatório de Gestão

No cumprimento das disposições Estatutárias, a Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa vem apresentar e submeter à apreciação a Conta de Gerência relativa ao exercício de 2019.

Este relatório tem como objetivos:

- **Explicitar** os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Associação, no que concerne ao desempenho económico e financeiro, nos domínios dos rendimentos/receitas, dos gastos/despesas e de tesouraria;
- **Apresentar** a situação económica e financeira relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes setores da atividade, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto, médio e longo prazo e condições de funcionamento;
- **Mostrar** as demonstrações financeiras do exercício de 2019, elaboradas no âmbito da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).



1. Órgãos Sociais

Biénio 2019/2020

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE:	António Manuel Silva e Sousa, Eng.º.
VICE-PRESIDENTE	Filipe de Oliveira Reis, Dr.
SECRETÁRIO	Fernando Ribeiro Teixeira
SUPLENTE	José da Silva Oliveira
SUPLENTE	Manuel Monteiro Fonseca Borges

DIREÇÃO

PRESIDENTE	Luís Manuel Campos Elias, Dr.
VICE-PRESIDENTE	Manuel António Lopes Carvalhal
VICE-PRESIDENTE	Maria Hermínia Costa Silva Almeida
VICE-PRESIDENTE	Marco Aurélio Martins Carvalho, Eng.º.
SECRETÁRIO	Humberto Reis Silva
SECRETÁRIO	José Fernando Silva Castro
TESOUREIRO	Jorge Manuel Magalhães Ferreira
VOGAL	Nuno Miguel Lopes Costa Freitas
VOGAL	Fernando Gaspar Reis Ferreira
SUPLENTE	Fernando Jorge Dias Costa
SUPLENTE	Paulino Celestino Ferreira Lima
SUPLENTE	Eurico Manuel Silva Ferreira
SUPLENTE	Manuel Dias da Costa

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE	José Luís Campos Reis, Dr.
VICE-PRESIDENTE	Fernando Ferreira Neves
SECRETÁRIO	Maria Helena Gonçalves Fontes, Dr. ^a .
SUPLENTE	Maria Fernanda Sousa Ferraz, Dr. ^a .
SUPLENTE	Pedro Miguel Ferreira de Sousa

CONSELHO SUPERIOR

Cândido Fernandes Pinheiro
João de Castro Gomes
Júlio Maia Moreira Dias
Manuel da Silva Pontes (Faleceu em
janº/2020)
António José Gomes Dias Leitão
Amadeu de Castro Pinheiro Cm.
Américo Raposeira Cerdeiras
José Maria Moreira da Silva Dr.



2. Enquadramento Macroeconómico em 2019 e Perspetivas de Evolução

De acordo com as projeções apresentadas no *Boletim Económico de dezembro de 2019 do Banco de Portugal*, a economia portuguesa continua em expansão mas a um ritmo moderado. As taxas de crescimento da atividade económica projetadas para o período 2019-22 são inferiores às registadas em média no período de recuperação recente. Uma parte desta evolução decorre de um enquadramento externo menos favorável. O comércio mundial e a procura externa dirigida à economia portuguesa deverão crescer no horizonte de projeção a um ritmo inferior ao observado no período 2014-18, num ambiente de acrescida incerteza global, o que se reflete num crescimento mais moderado das exportações. Refira-se que os riscos descendentes em torno das atuais projeções de crescimento estão essencialmente associados ao enquadramento externo. O crescimento da procura interna no período de projeção deverá manter-se próximo do registado no passado recente, destacando-se o dinamismo do investimento empresarial. Em resultado desta evolução, o saldo da balança de bens e serviços volta a apresentar défices, após os excedentes registados em 2013-18. A capacidade de financiamento da economia portuguesa deverá manter-se no horizonte de projeção mas será inferior à observada nos últimos anos, o que exige monitorização num contexto de níveis de endividamento externo ainda muito elevados.

Adicionalmente, a desaceleração projetada do PIB é resultado de um processo de maturação do ciclo económico – observado igualmente nas outras economias avançadas – que se traduz numa aproximação dos níveis de crescimento ao ritmo de crescimento potencial da economia. Sobre este continuam a pesar constrangimentos estruturais, como uma evolução demográfica adversa e dimensões que condicionam o crescimento da produtividade por trabalhador, em particular níveis ainda baixos de capital físico e humano por trabalhador. Estes constrangimentos estruturais devem constituir os principais eixos de ação da política económica, considerando não apenas a quantidade mas também a qualidade dos fatores. Neste quadro, merecem destaque as medidas que promovam o aumento da produtividade. Num contexto de limitações ao aumento da oferta de trabalho, a produtividade torna-se o fator crucial de crescimento da economia portuguesa e da sua resiliência face aos desafios da próxima década, onde se incluem também a rápida transformação tecnológica em curso e a sustentabilidade ambiental.¹

¹ Fonte: Banco de Portugal

3. Instituição

A Associação

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, fundada a 30 de setembro de 1976, reconhecida de utilidade pública pelo Decreto-Lei nº. 460/77, de 07 de novembro, tem como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção e prevenção de incêndios, assim como a prestação de serviços, nomeadamente de transporte de doentes a consultas e tratamentos médicos.

Exerce também uma atividade de carácter social de apoio à infância, em instalações autónomas, onde funcionam a Creche e Jardim de Infância.

Recursos Humanos

Indicadores gerais relativos aos Recursos Humanos no biénio 2018/2019:

Análise recursos humanos		<i>Unidade monetária: Euros</i>	
Recursos humanos	2019	2018	
Número de colaboradores no final do exercício	61	60	
Gastos com o pessoal	921.006,78	950.376,40	
Gastos médios por colaborador	15.098,47	15.839,61	
VAB por colaborador	17.847,49	17.712,04	
Potencial máximo anual (horas de trabalho)	117.330	121.014	
Número de horas trabalhadas	103.574	103.256	

Estrutura Interna

Distribuição dos colaboradores a 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Estrutura Interna	Colaboradores	
	2019	2018
Associação Humanitária	40	40
Bombeiros	26	30
Equipa de Intervenção Permanente	5	5
Serviços Gerais	5	2
Serviços Administrativos	3	3
Estagiários	1	0
Creche/Jardim de Infância	21	20
Coordenadora	1	1
Educadoras	5	5
Ajudantes Ação Educativa	8	6
Serviços Gerais (cozinha/limpeza)	6	5
Serviços Administrativos	1	1
Estagiários	0	2
Total	61	60



4. Resultados das atividades desenvolvidas

Abaixo, o quadro resumo dos resultados económicos das atividades desenvolvidas pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa:

Resultado das operações	Análise resultados		Variação	
	Montante		Valor	%
	2019	2018		
Volume de negócios	931.857,14	831.517,99	100.339,15	12%
Outros rendimentos e gastos operacionais	(642.417,74)	(543.489,08)	(98.928,66)	18%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	289.439,40	288.028,91	1.410,49	0%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(233.055,66)	(219.419,60)	(13.636,06)	6%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	56.383,74	68.609,31	(12.225,57)	-18%
Resultado antes de imposto (RAI)	56.383,74	68.609,31	(12.225,57)	-18%
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0%
Resultado líquido do período	56.383,74	68.609,31	(12.225,57)	-18%

5. Investimentos

Foram efetuados investimentos no montante de 188.903,44€, salientando o valor de 57.156,29€ em equipamento básico (equipamentos de proteção individual, rádios portáteis, etc.) e de 74.121,43€ em dois veículos de transporte de doentes.

A construção do novo edifício de garagem orçado de 439.900,00€, foi iniciado em 2019, tendo-se gasto 32.709,95€.

6. Análise da Situação Económica e Financeira

Análise da estrutura e de custos

O Balanço apresenta a posição do património da Associação, referente ao encerramento do exercício, estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogêneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;
- Os Fundos Patrimoniais reconhecem a diferença entre o Ativo e o Passivo.

A estrutura e evolução patrimonial da Associação, é a que a seguir se apresenta:

Estrutura e evolução patrimonial

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019		2018		Variação
	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo não corrente	2.105.346,89	66%	2.149.393,26	70%	(44.046,37)
Inventários	0,00	0%	0,00	0%	0,00
Contas a receber	252.740,43	8%	232.865,50	8%	19.874,93
Disponibilidades	801.763,29	25%	700.154,19	23%	101.609,10
Diferimentos	15.824,11	0%	0,00	0%	15.824,11
Ativo	3.175.674,72	100%	3.082.412,95	100%	93.261,77
Fundos Patrimoniais	2.939.587,81	98%	2.869.512,47	98%	70.075,34
Resultado Líquido	56.383,74	2%	68.609,31	2%	(12.225,57)
Fundos Próprios	2.995.971,55	100%	2.938.121,78	100%	57.849,77
Contas a pagar-não corrente	0,00	0%	0,00	0%	0,00
Contas a pagar-corrente	169.132,71	94%	144.291,17	100%	24.841,54
Diferimentos	10.570,46	6%	0,00	0%	10.570,46
Passivo	179.703,17	100%	144.291,17		35.412,00

Demonstração de Resultado por Naturezas

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos no montante de 1.561.284,85 euros e de rendimentos no valor de 1.617.668,59 euros. Desta situação, apurou-se um resultado positivo no montante de 56.383,74 euros.

Demonstração de resultados

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Gastos				
Custo das matérias consumidas	19.562,13	1,25%	20.881,47	1,27%
Fornecimentos e serviços externos	383.574,20	24,57%	448.973,61	27,20%
Gastos com o pessoal	921.006,78	58,99%	950.376,40	57,58%
Gastos de depreciação e amortização	233.055,66	14,93%	219.419,60	13,29%
Outros gastos e perdas	4.086,08	0,26%	10.813,95	0,66%
Total	1.561.284,85		1.650.465,03	
Rendimentos				
Prestações de serviços	931.857,14	57,60%	831.517,99	48,37%
Subsídios, doações e legados à exploração	559.976,13	34,62%	701.059,34	40,78%
Reversões		0,00%	2.078,34	0,12%
Outros rendimentos e ganhos	125.835,32	7,78%	184.418,67	10,73%
Total	1.617.668,59		1.719.074,34	
Resultado antes de impostos	56.383,74		68.609,31	

Uma análise de estrutura permite-nos concluir que, em termos de gastos, o maior peso se concentra nos Gastos com Pessoal (59%), seguido dos Fornecimentos e Serviços Externos (25%). Relativamente aos rendimentos, Prestações de Serviços (58%) e Subsídios à Exploração (35%) são os mais significativos.



Fornecimentos e Serviços Externos:

Unidade monetária: Euros

Descrição	Montante		Variação	
	2019	2018	Valor	%
	(1)	(4)	(5) = (1)-(4)	(1)/(4)-100%
62 FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	383.574,20	448.973,61	-65.399,41	-14,57%
622 <i>Serviços especializados</i>	121.106,27	151.726,62	-30.620,35	-20,18%
6221 Trabalhos especializados	12.793,70	17.790,57	-4.996,87	-28,09%
6222 Publicidade e propaganda	528,90	1.493,67	-964,77	-64,59%
6223 Vigilância e segurança	2.744,03	0,00	2.744,03	100,00%
6224 Honorários	17.163,75	8.637,50	8.526,25	98,71%
6225 Comissões	10.342,84	8.310,51	2.032,33	24,45%
6226 Conservação e reparação	75.376,99	113.806,94	-38.429,95	-33,77%
6227 Serviços bancários	2.156,06	1.687,43	468,63	27,77%
623 <i>Materiais</i>	22.598,65	29.040,40	-6.441,75	-22,18%
6233 Material de escritório	3.961,10	2.410,66	1.550,44	64,32%
6238 Outros-material de combate a fogos e de enfermagem	11.081,01	18.711,01	-7.630,00	-40,78%
624 <i>Energia e fluidos</i>	166.758,81	169.839,03	-3.080,22	-1,81%
6241 Eletricidade	29.985,53	28.827,64	1.157,89	4,02%
6242 Combustíveis	119.256,24	121.672,48	-2.416,24	-1,99%
6243 Água	6.172,68	5.615,70	556,98	9,92%
6248 Gás	11.344,36	13.723,21	-2.378,85	-17,33%
625 <i>Deslocações, estadas e transportes</i>	2.177,06	1.286,80	890,26	69,18%
6251 Deslocações e estadas	1.759,40	386,80	1.372,60	354,86%
6252 Transportes de pessoal	400,00	900,00	-500,00	-55,56%
6253 Outros	17,66	0,00	17,66	100,00%
626 <i>Serviços diversos</i>	70.873,41	97.080,76	-26.207,35	-27,00%
6261 Rendas e alugueres	9.833,41	21.342,89	-11.509,48	-53,93%
6262 Comunicação	9.094,69	9.418,28	-323,59	-3,44%
6263 Seguros de acidentes de trabalho	22.779,44	35.983,58	-13.204,14	-36,69%
6264 Solenidades e festas	19.025,39	23.928,05	-4.902,66	-20,49%
6265 Contencioso e notariado	980,70	1.631,10	-650,40	-39,87%
6266 Despesas de representação	50,00	0,00	50,00	100,00%
6267 Limpeza, higiene e conforto	9.109,78	4.776,86	4.332,92	90,71%
6268 Outros serviços	60,00	0,00	60,00	100,00%

Esta rubrica, quando comparada com igual período do ano anterior, apresenta uma diminuição de 65.399,41€, correspondente a -14,57%.

Gastos com o Pessoal:

Unidade monetária: Euros

Descrição	Montante		Variação	
	2019	2018	Valor	%
	(1)	(4)	(5) = (1)-(4)	(1)/(4)-100%
63 GASTOS COM PESSOAL	921.006,78	950.376,40	-29.369,62	-3,09%
632 Remunerações ao pessoal	731.536,08	689.851,99	41.684,09	6,04%
635 Encargos sobre remunerações	143.637,83	137.000,95	6.636,88	4,84%
636 Seguros de acidentes de trabalho	13.015,79	11.302,50	1.713,29	15,16%
638 Outros gastos com o pessoal	32.817,08	112.220,96	-79.403,88	-70,76%

A diminuição de cerca de 30.000 euros em relação a 2018 é, sobretudo, explicada pelo facto de a partir de 2019 os valores do DECIR serem contabilizados de forma diferente.

Rendimentos e Ganhos:

Unidade monetária: Euros

Descrição	Montante		Variação	
	2019	2018	Valor	%
	(1)	(4)	(5) = (1)-(4)	(1)/(4)-100%
72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	931.857,14	831.517,99	100.339,15	12,07%
75 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLOR.	559.976,13	701.059,34	-141.083,21	-20,12%
76 REVERSÕES	0,00	2.078,34	-2.078,34	-100,00%
78 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	121.201,22	183.997,09	-62.795,87	-34,13%
79 JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS	634,10	421,58	212,52	50,41%

Relativamente a 2018, a rubrica Rendimentos e Ganhos teve um incremento de 100.339,15 euros, correspondente a cerca de 12%.

A rubrica de Subsídios à Exploração, quando comparada com igual período do ano anterior, apresenta uma variação negativa de 20,12%

Constata-se que a rubrica de Outros Rendimentos tem uma diminuição de 62.795,87€.

Indicadores económico-financeiros

O equilíbrio financeiro geral da Associação, pode ser observado no quadro seguinte:

Balanço funcional Unidade monetária: Euros

Descrição		2019	2018
Ativos não correntes	1	2.105.346,89	2.149.393,26
Passivos não correntes	2	0,00	0,00
Fundos Patrimoniais	3	2.995.971,55	2.938.121,78
Fundo de maneoio	4 = 2 + 3 - 1	890.624,66	788.728,52
Caixa e equivalentes de caixa	5	801.763,29	700.154,19
Dívida financeira corrente	6	0,00	0,00
Tesouraria líquida	7 = 5 - 6	801.763,29	700.154,19
Necessidades cíclicas - Restantes ativos correntes	8	268.564,54	232.865,50
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	9	179.703,17	144.291,17
Necessidades de fundo de maneoio	10 = 8 - 9	88.861,37	88.574,33

Relativamente aos Meios Libertos e ao Valor Acrescentado Bruto, os montantes obtidos foram os seguintes:

Valor acrescentado brut Unidade monetária: Euros

Descrição	2019	2018
Resultado de Exploração	(65.365,50)	(104.995,41)
Meios Libertos Brutos de Exploração	167.690,16	114.424,19
Meios Libertos Brutos de Totais (EBITDA)	289.439,40	288.028,91
Meios Libertos Líquidos Totais (Cash-Flow)	289.439,40	288.028,91
Valor Acrescentado Bruto	1.088.696,94	1.062.722,25

Face à atividade desenvolvida e aos resultados obtidos, podemos considerar que os indicadores financeiros são sólidos.

Descrição		2019	2018
Autonomia Financeira	Porcentagem	94,34	95,32
Liquidez Geral	Unidade	5,96	6,47
Liquidez Reduzida	Unidade	5,96	6,47
Liquidez Imediata	Unidade	4,46	4,85
Solvabilidade	Unidade	16,67	20,36
Rácio de Endividamento	Porcentagem	5,66	4,68

7. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

8. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção, em 09 de março de 2020.

9. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado, em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

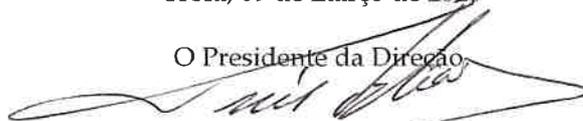
10. Proposta de aplicação de resultados

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa apresentou um resultado líquido positivo no montante de cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta e três euros e setenta e quatro cêntimos (€ 56.383,74).

A Direção propõe que o resultado líquido do exercício de 2019 seja transferido para a conta “Resultados Transitados”.

Trofa, 09 de março de 2020

O Presidente da Direção



(Lúis Manuel Campos Elias, Dr.)



Balanço Analítico

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

BALANÇO DE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Exercício	
		2019	2018
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.102.308,37	2.146.463,81
Investimentos financeiros	6	3.038,52	2.929,45
Subtotal		2.105.346,89	2.149.393,26
Ativo corrente			
Créditos a receber	7	174.257,85	217.059,97
Adiantamentos a fornecedores		922,50	
Estado e outros Entes Públicos	8	19.104,95	12.458,49
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	11.657,40	3.347,04
Outros ativos correntes	10	46.797,73	
Diferimentos	11	15.824,11	
Caixa e depósitos bancários	12	801.763,29	700.154,19
Subtotal		1.070.327,83	933.019,69
Total do ativo		3.175.674,72	3.082.412,95
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	539.318,32	539.318,32
Resultados transitados	13	1.879.116,66	1.810.507,35
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	521.152,83	519.686,80
Resultado líquido do exercício		56.383,74	68.609,31
Total dos fundos patrimoniais		2.995.971,55	2.938.121,78
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	14	23.729,42	23.531,44
Estado e outros Entes Públicos	8	21.135,76	20.470,70
Diferimentos	11	10.570,46	
Outros passivos correntes	15	124.267,53	100.289,03
Outros passivos financeiros			
Subtotal		179.703,17	144.291,17
Total do passivo		179.703,17	144.291,17
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.175.674,72	3.082.412,95

Trofa, 31 de Dezembro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO



Demonstração de Resultados por Naturezas

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	16	931.857,14	831.517,99
Subsídios, doações e legados à exploração	17	559.976,13	701.059,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	18	(19.562,13)	(20.881,47)
Fornecimentos e serviços externos	19	(383.574,20)	(448.973,61)
Gastos com o pessoal	20	(921.006,78)	(950.376,40)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	2.078,34
Outros rendimentos	21	125.835,32	184.418,67
Outros gastos	22	(4.086,08)	(10.813,95)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		289.439,40	288.028,91
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(233.055,66)	(219.419,60)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56.383,74	68.609,31
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Resultados antes de impostos		56.383,74	68.609,31
Imposto sobre o rendimento do exercício		-	-
Resultado líquido do exercício		56.383,74	68.609,31

Trofa, 31 de Dezembro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Exercício	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		944.278,17	890.794,55
Pagamento a fornecedores		(575.314,92)	(594.966,88)
Pagamentos ao pessoal		(620.982,36)	(950.376,40)
Caixa gerada pelas operações		(252.019,11)	(654.548,73)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		291.018,11	946.582,77
Outros recebimentos/pagamentos			
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		38.999,00	292.034,04
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(55.063,17)	(123.563,25)
Ativos intangíveis		(1.282,93)	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		99.793,43	
Investimentos financeiros		1.296,20	
Juros e rendimentos similares		634,10	
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		45.377,63	(123.563,25)
Fluxos de caixa da atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		17.232,47	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		17.232,47	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	12	700.154,19	531.683,40
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	12	801.763,29	700.154,19

Trofa, 31 de Dezembro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO



Demonstração das alterações nos Fundos Próprios

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO EXERCÍCIO 2019

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transfidos	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2019		519.318,32	1.810.507,35	519.686,80	68.609,31	2.938.121,78	2.938.121,78
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7		68.609,31	1.466,03	(68.609,31)	1.466,03	1.466,03
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8				56.383,74	56.383,74	56.383,74
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				(12.225,57)	57.849,77	57.849,77
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO EXERCÍCIO	10						
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2019	11=7+8+10	519.318,32	1.879.116,66	521.152,83	56.383,74	2.995.971,55	2.995.971,55

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO EXERCÍCIO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transfidos	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do exercício	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2018	1	519.318,32	1.789.237,93	623.743,00	21.269,42	2.973.568,67	2.973.568,67
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2		21.269,42	(104.056,20)	(21.269,42)	(104.056,20)	(104.056,20)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3				68.609,31	68.609,31	68.609,31
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				47.339,89	(35.446,89)	(35.446,89)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO EXERCÍCIO	5						
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2018	6=1+2+3	519.318,32	1.810.507,35	519.686,80	68.609,31	2.938.121,78	2.938.121,78

Trofa, 31 de Dezembro de 2019

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paulo Campos

A DIREÇÃO

[Assinatura]

Anexo

1. Identificação da Entidade

Denominação da Entidade: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

Sede: Rua D. Pedro V, 4785-306 Trofa

Natureza da atividade: A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, fundada a 30 de setembro de 1976, reconhecida de utilidade pública pelo Decreto-Lei n.º 460/77, de 07 de novembro de 1977, tem como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção e prevenção de incêndios, assim como a prestação de serviços, nomeadamente de transporte de doentes a consultas e tratamentos médicos.

Exerce também uma atividade de carácter social de apoio à infância, em instalações autónomas, onde funcionam a Creche e Jardim de Infância.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As Demonstrações Financeiras do exercício de 2019 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.



3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo ou da periodização económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e apresentados nas demonstrações financeiras dos exercícios com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um exercício para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexistência influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativos e Passivos em serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao exercício anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo

de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Com exceção da rubrica “edifícios e outras construções”, Os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecidos, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

A rubrica de “edifícios e outras construções” encontra-se mensurada ao justo valor de acordo com o modelo de revalorização de ativos, tomando por base o valor patrimonial tributário de cada um dos imóveis que compõem a rubrica.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são reconhecidas como gastos no exercício em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	2-4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”

3.2.2. Clientes e outros ativos correntes

Os “Clientes” e os “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidos pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

3.2.3. Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.4. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são reconhecidos pelo seu valor nominal que é substancialmente idêntico ao seu justo valor.

3.2.5. Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos patrimoniais” são compostos por: (i) fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros; (ii) fundos acumulados e outros excedentes; (iii) subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável que permita atividades presentes e futuras, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

3.2.7. Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87 do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de N-3 a N ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no exercício em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao exercício, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo



somente pago durante o exercício seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no exercício em que ocorreram.

3.2.9. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica “Fundos Patrimoniais” e são imputados à demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.10. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem e a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os recebimentos referentes a financiamentos obtidos através de doações.

3.2.11. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.12. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os

eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do exercício. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

3.4. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo exercício.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

A Quantia escriturada bruta, as Depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos exercícios indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram apuradas de acordo com o seguinte quadro:

5.1. Outros Ativos Fixos Tangíveis

	2019				Saldo em 31-Dez-2019
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	
Custo					
Edifícios e outras construções	2.665.741,78	5.609,25	-	17.067,60	2.688.418,63
Equipamento básico	1.252.484,71	131.277,72	-	141.072,13	1.524.834,56
Equipamento administrativo	134.999,83	9.930,17	-	25.537,62	170.467,62
Outros Ativos fixos tangíveis	227.932,81	2.638,00	-	(184.677,35)	45.893,46
Ativos Fixos tangíveis em curso	-	39.448,30	-	-	39.448,30
Total (A)	4.281.159,13	188.903,44	-	(1.000,00)	4.469.062,57
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	920.907,87	72.424,49	-	(30.088,38)	963.243,98
Equipamento básico	1.037.872,69	143.591,97	-	49.784,85	1.231.249,51
Equipamento administrativo	122.198,64	14.042,03	-	1.482,04	137.722,71
Outros Ativos fixos tangíveis	53.716,12	2.997,17	-	(22.175,29)	34.538,00
Total (B)	2.134.695,32	233.055,66	-	(996,78)	2.366.754,20
Quantia escriturada (A-B)	2.146.463,81	(44.152,22)	-	(3,22)	2.102.308,37

2018 Unidade monetária: Euros

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2018
Custo					
Edifícios e outras construções	2.614.749,52	50.992,26	-	-	2.665.741,78
Equipamento básico	1.271.784,71	-	(19.300,00)	-	1.252.484,71
Equipamento administrativo	127.600,13	7.399,70	-	-	134.999,83
Outros Ativos fixos tangíveis	162.761,52	65.171,29	-	-	227.932,81
Ativos Fixos tangíveis em curso	-	52.140,78	-	(52.140,78)	-
Total (A)	4.176.895,88	175.704,03	(19.300,00)	(52.140,78)	4.281.159,13
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	838.043,80	83.077,33	(213,26)	-	920.907,87
Equipamento básico	933.752,77	126.496,05	(22.376,13)	-	1.037.872,69
Equipamento administrativo	114.323,43	8.158,72	(283,51)	-	122.198,64
Outros Ativos fixos tangíveis	62.042,05	1.687,50	(10.013,43)	-	53.716,12
Total (B)	1.948.162,05	219.419,60	(32.886,33)	-	2.134.695,32
Quantia escriturada (A-B)	2.228.733,83	(43.715,57)	13.586,33	(52.140,78)	2.146.463,81

Do valor 39.448,30€, a 31-12-2019, dos "Ativos fixos tangíveis em curso", 32.709,95€ respeitam à construção do novo edifício de garagem e 6.738,35€ aos portões do parque auto.

6. Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Investimentos Financeiros" apresentava os seguintes valores:

Unidade monetária: Euros

Descrição	31.12.2018	Aumentos	Diminuições	31.12.2019
Outros Investimentos Financeiros	2.929,45	1.405,27	1.296,20	3.038,52
Fundo de Compensação do Trabalho	2.929,45	1.405,27	1.296,20	3.038,52
Total	2.929,45	1.405,27	1.296,20	3.038,52

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar entregas de 1% sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

7. Créditos a receber

Para os exercícios de 2019 e 2018, a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c	166.831,84	183.485,25
Clientes e utentes	166.831,84	183.485,25
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	5.954,70	-
Clientes e utentes Associação	5.954,70	-
Sub-Total	172.786,54	183.485,25
Outros devedores e credores	-	16.625,63
Devedores por acréscimos	-	16.949,09
Total	172.786,54	217.059,97

Nos exercícios de 2019 e 2018 foram reconhecidas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019	2018
Clientes e utentes	-	2.078,34
Total	-	2.078,34

8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) - taxa liberatória	44,32	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	19.060,63	12.458,49
Total	19.104,95	12.458,49
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)- Trabalho dependente	2.731,00	2.643,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)- Trabalho independente	392,10	14,95
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.326,22	1.934,42
Segurança Social	15.554,15	15.878,33
Fundos de Compensação	132,29	-
Total	21.135,76	20.470,70

9. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Para os exercícios findos de 2019 e 2018 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019		2018	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativo				
Quotas				
Associados individuais	9.787,40	-	562,00	-
Associados empresas	1.870,00	-	2.785,04	-
Total	11.657,40	-	3.347,04	-

Alvío
Ramos

10. Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" apresenta a seguinte decomposição:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019		2018	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Devedores por acréscimos de rendimentos	20.313,21	-	16.625,63	-
ANEPC - Autoridade Nacional Emergência e Proteção Civil	20.313,21	-	-	-
Outros Devedores	26.484,52	-	16.949,09	-
Câmara Municipal da Trofa - EIP	10.312,63	-	-	-
Instit. Emprego e Form. Profissional - IIEFP	14.308,20	-	-	-
Outros Devedores	1.863,69	-	-	-
Total	46.797,73	-	33.574,72	-

11. Diferimentos

A rubrica "Diferimentos" apresenta os seguintes saldos:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019	2018
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	13.846,36	-
Licenças	1.977,75	-
Total	15.824,11	-
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios e apoios	10.570,46	-
Total	10.570,46	-

12. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e Depósitos Bancários", encontra-se desagregada da seguinte forma:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019	2018
Caixa	6.999,85	1.458,81
Depósitos à ordem	241.566,69	292.601,30
Depósitos a prazo	553.196,75	406.094,08

13. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Unidade monetária: Euros

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	539.318,32	-	-	539.318,32
Resultados transitados	1.810.507,35	68.609,31		1.879.116,66
Outras variações nos fundos patrimoniais	519.686,80	122.283,97	(120.817,94)	521.152,83
Sub-Total	2.869.512,47	190.893,28	(120.817,94)	2.939.587,81
Resultado líquido do período	68.609,31	56.383,74	(68.609,31)	56.383,74
Total	2.938.121,78	247.277,02	(189.427,25)	2.995.971,55

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	539.318,32	-	-	539.318,32
Resultados transitados	1.789.237,93	21.269,42		1.810.507,35
Outras variações nos fundos patrimoniais	623.743,00	6.333,50	(110.389,70)	519.686,80
Sub-Total	2.952.299,25	27.602,92	(110.389,70)	2.869.512,47
Resultado líquido do período	21.269,42	68.609,31	(21.269,42)	68.609,31
Total	2.973.568,67	96.212,23	(131.659,12)	2.938.121,78

14. Fornecedores

O saldo da rubrica “Fornecedores” apresenta os seguintes valores:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	23.729,42	23.531,44
Total	23.729,42	23.531,44

15. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	-	10.579,63	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	110.412,34	-	99.132,45
Remunerações a liquidar	-	107.129,33	-	99.132,45
Outros acréscimos	-	3.283,01	-	-
Clientes e utentes	-	1.471,31	-	17,34
Outros credores	-	1.804,25	-	1.139,24
Total	-	124.267,53	-	100.289,03



16. Serviços Prestados

Para 2019 e 2018 foram apurados os seguintes valores:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019	2018
Prestação de Serviços		
Quotas utilizadores	101.770,96	92.176,84
Quotas individuais	85.530,96	79.496,88
Quotas empresas	16.240,00	12.679,96
Serviços da atividade específica	830.086,18	739.341,15
Transporte pessoas - Assistência em saúde	610.460,27	540.831,84
Mensalidades Centro Infantil Bougado	160.630,93	159.220,21
Outros serviços	58.994,98	39.289,10
Total	931.857,14	831.517,99

A rubrica “Outros serviços” registou, em 2019, um aumento de 19.705,88€, sendo que 14.800,13€ resulta de cedência de instalações, que em 2018 se encontravam registadas na rubrica “Outros Rendimentos”.

17. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos exercícios de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros Entes Públicos	559.976,13	701.059,34
Câmara Municipal da Trofa	143.497,39	141.249,57
ANEPC - Autoridade Nac. Emergência e Proteção Cível	112.063,79	179.718,49
INEM-Instituto Nacional Emergência Médica	44.285,00	116.334,89
IEFP-Instituto de Emprego e Formação Profissional	12.834,90	7.340,44
CRSSP_Centro Regional da Segurança Social do Porto	245.095,05	253.465,95
Junta de Freguesia de Bougado	2.200,00	2.950,00
Total	559.976,13	701.059,34

A conta “ANEPC-Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil” registou, em 2019, uma diminuição de 67.654,70€. 53.290,00€ resultam de valores referentes ao “DECIR”, os quais em 2018 se encontravam registadas na rubrica “Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos”.

Na conta “INEM- Instituto Nacional Emergência Médica”, verificou-se, em 2019, uma diminuição de 72.049,89€, sendo que 72.127,73€ se referem aos verbetes mensais. Em 2018, este tipo de rendimento encontrava-se registado na rubrica “Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos” e em 2019 passou a ser contabilizado em “Prestação de Serviços”.

18. Custo das matérias consumidas

Em 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019	2018
Custo das matérias consumidas		
Existência inicial	-	-
Compras	19.562,13	20.881,47
Existência final	-	-
Total	19.562,13	20.881,47

19. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” em 2019 e 2018, foi a seguinte:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019	2018
Serviços Especializados	121.106,27	151.726,62
Trabalhos especializados	12.793,70	17.790,57
Conservação e reparação	75.376,99	113.806,94
Outros serviços	32.935,58	20.129,11
Materiais	22.598,65	29.040,40
Energia e fluidos	166.758,81	169.839,03
Deslocações, estadas e transportes	2.177,06	1.286,80
Serviços diversos	70.933,41	101.857,62
Rendas e alugueres	9.833,41	21.171,30
Comunicação	9.094,69	9.589,87
Seguros	22.779,44	35.983,58
Solenidades e festas	19.025,39	23.928,05
Contencioso e notariado	980,70	1.631,10
Limpeza, higiene e conforto	9.109,78	4.776,86
Outros serviços	110,00	4.776,86
Total	383.574,20	453.750,47

20. Gastos com o pessoal

O número de colaboradores ao serviço da Entidade em 2019 foi de 61 e em 2018 foi de 60:

Estrutura Interna	Colaboradores	
	2019	2018
Associação Humanitária	40	40
Bombeiros	26	30
Equipa de Intervenção Permanente	5	5
Serviços Gerais	5	2
Serviços Administrativos	3	3
Estagiários	1	0
Creche/Jardim de Infância	21	20
Coordenadora	1	1
Educadoras	5	5
Ajudantes Ação Educativa	8	6
Serviços Gerais (cozinha/limpeza)	6	5
Serviços Administrativos	1	1
Estagiários	0	2
Total	61	60

Os gastos que a Entidade registou com os colaboradores foram os seguintes:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019	2018
Remunerações ao Pessoal	731.536,08	689.851,99
Encargos sobre as Remunerações	143.637,83	137.000,95
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13.015,79	11.302,50
Outros Gastos com o Pessoal	32.817,08	112.220,96
Total	921.006,78	950.376,40

21. Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019	2018
Outros rendimentos e ganhos	125.201,22	183.997,09
Correções relativas a períodos anteriores	459,95	38.742,67
Imputação de Subsídios/Doações para investimento	102.715,44	92.852,20
Donativos / Patrocínios	17.575,83	27.221,23
Outros não especificados	4.450,00	25.180,99
Juros de depósitos bancários	634,10	421,58
Total	125.835,32	184.418,67

22. Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos ” está assim dividida:

Unidade monetária: Euros

Descrição	2019	2018
Impostos	297,03	1.442,05
Dívidas incobráveis	2.465,40	-
Outros	1.323,65	9.371,90
Correções relativas a exercícios anteriores	345,53	8.381,90
Quotizações	750,00	750,00
Outros não especificados	228,12	240,00
Total	4.086,08	10.813,95

23. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, no período de 2019, foram de € 7.380,00 (IVA incluído) referentes exclusivamente a revisão legal das contas de 2018 e 2019.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção em 09 de março de 2020.

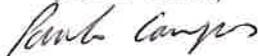
24. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, 09 de março de 2020

O Contabilista Certificado

(CC N.º 91766)



A Direção





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de **3.175.674,72 euros** e um total de fundos patrimoniais de **2.995.971,55 euros**, incluindo um resultado líquido de **56.383.74 euros**), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



SOCIEDADE DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com



acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da Informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Trofa, 10 de março de 2020

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS - SROC n.º 57

Representada por:

João Carlos do Sul Ribeiro - ROC n.º 1106



ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA

SEDE

Rua D. Pedro V
4785-306 TROFA

TELEFONES

252 400 700
919 523 770
965 625 092

FAX

252 400 709 - Direção
252 400 707 - Comando

E-MAIL

geral@bombeirostrofa.pt
direccao@bombeirostrofa.pt
comando@bombeirostrofa.pt

*

Filiada na

Liga dos Bombeiros Portugueses

*

Diploma de Honra e Distinção do
Serviço Nacional de Bombeiros
01/11/1995

*

Medalha de Ouro da Câmara Municipal
da Trofa
30/09/2001

*

Medalha de Serviços Distintos Grau
Ouro da Liga dos Bombeiros
Portugueses
30/09/2001

*

Geminada com a Associação dos
Bombeiros Voluntários de Portimão



SERVIÇOS SOCIAIS

Creche e Jardim de Infância
Rua Defensores da Barca, 60
4785-302 TROFA

TELEFONE

252 417 513

FAX

252 419 698

E-MAIL

infantario@bombeirostrofa.pt

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA (DECRETO-LEI N.º 460/77 DE 7 DE NOVEMBRO) | CONTRIBUINTE N.º 501 424 229
REGISTADA NA CONSERVATÓRIA R. C. DE SANTO TIRSO SOB O N.º 3/950310

-----RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL -----

Nos termos dos estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, vem o Conselho Fiscal apresentar o Relatório e Parecer sobre o Relatório e Contas apresentados pela Direção relativos ao exercício de 2019. -----

Acompanhámos a gestão corrente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, analisámos, por amostragem, a documentação que serve de suporte à relevação contabilística do exercício e confirmamos os valores constantes das demonstrações financeiras, as quais compreendem o Balanço em 2019.12.31, (que evidencia um total 3.175.674,72€ e um total de fundos patrimoniais de 2.995.971,55€, incluindo um resultado líquido de 56.383,74 €), a Demonstração de Resultados por Naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. -----

Da parte dos membros da Direção recebemos os esclarecimentos solicitados. -----
Face ao referido no nosso relatório e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal é de Parecer que: -----

- Sejam aprovados o Relatório e Contas, apresentado pela Direção, referentes ao exercício de 2019; -----
- Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida naquele relatório. -----

Por último, propomos um voto de louvor aos membros da Direção pela eficiência demonstrada no desempenho das suas funções. -----

O CONSELHO FISCAL:

PRESIDENTE:

José Luís Campos Reis, Dr.

VICE-PRESIDENTE:

Fernando Ferreira Neves

SECRETÁRIO RELATOR:

Maria Helena Gonçalves Fontes, Dr.ª

Trofa, 16 de março de 2020

